

Jornalismo, infância e tecnologia: perspectivas luso-brasileiras

Professora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, Cristina Ponte, fala sobre ensino, pesquisa e prática em jornalismo, além do estudo que realiza sobre o uso da internet por crianças e adolescentes

Ana Paula Bornhausen da Silva Bandeira¹
Cristiano Pinto Anunciação²

As relações de trabalho e pesquisa da professora portuguesa Cristina Ponte, da Universidade Nova de Lisboa (UNL), com o Brasil têm se fortalecido nos últimos anos. Tanto em razão da consultoria que presta ao estudo sobre usos da internet por crianças e adolescentes brasileiros, o Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Kids Online, desenvolvido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), quanto pela procura de estudantes brasileiros de mestrado e doutorado por orientação da pesquisadora para investigar temas relacionados aos direitos das crianças e jovens. Do Brasil, também ingressam cada vez mais estudantes nos cursos de Comunicação de universidades portuguesas, em geral, e da Nova, em especial.

A porta de entrada dessa aproximação com o Brasil se deu, possivelmente, em razão das pesquisas de mestrado, doutorado e livre docência (que, em Portugal, se chama agregação) de Ponte, com a temática infanto-juvenil (a pesquisadora, antes de estudar Comunicação, vem de uma formação em Educação) e sua relação com a mídia. Teve início pelo livro *Para entender*



167

¹ Doutoranda em Comunicação (UFPE), mestre em Jornalismo (UFSC) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (Univali). Trabalho fruto dos estudos realizados no período de doutorado Sanduíche em Portugal. Bolsista Capes/ PDSE (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior)/Processo nº 88881.134462/2016-01.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico, publicado no Brasil, em 2005, pela Editora Insular, de Florianópolis (SC). A obra, originalmente lançada em Portugal com o título *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, em 2004, constitui a primeira parte da sua tese de doutorado, em que analisou a cobertura noticiosa da infância durante 30 anos (1970-2000).

O ingresso, como coordenadora da equipe de Portugal, na rede europeia EU Kids Online, quando surgiu, em 2006, com foco nas práticas digitais de crianças e jovens de 9 a 17 anos, os riscos e oportunidades relacionados, e os seus contextos (das famílias ao contexto do próprio país) foi, conforme avalia a professora, “uma viragem na minha pesquisa” para os estudos de audiências. Em 2010, lembra, foi feito um estudo em 25 países europeus, cujos resultados permitiram oferecer orientações de políticas públicas. Em 2012, o EU Kids Online inspirou o Cetic a começar a preparar um estudo semelhante, o TIC Kids Online, que se tem realizado anualmente desde 2013.

Como consultora do estudo no Brasil, Ponte faz viagens anuais para o lado de cá do Atlântico a fim de participar das discussões acerca dos resultados obtidos. Hoje, a rede Kids Online América Latina reúne, além do Brasil, países como Argentina, Chile e Costa Rica e está ligada à rede europeia e à rede Global Kids Online. A agenda destas redes está “na atenção aos direitos digitais, incluindo o direito ao acesso, à proteção e à participação”.

No último mês de setembro (início do ano letivo na Europa), a professora assumiu a Coordenação do Departamento de Ciências da Comunicação – que inclui os estudos de jornalismo –, após passar quatro anos como sub-diretora para Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Ali, são também oferecidos o mestrado em Jornalismo, com caráter mais profissional, no sentido de capacitar para formas de expressão do jornalismo, como narrativas digitais e com complemento de história e teoria do jornalismo, e uma variante do mestrado em Ciências da Comunicação, Estudo dos Media e do Jornalismo (também coordenado por ela). Nessa variante, leciona a disciplina *Mídia, Crianças e Jovens*, além de *Metodologias de Investigação em Estudos dos Media e do Jornalismo*.

Para Ponte, que teve, no mestrado e doutorado, a orientação de Nelson Traquina, pesquisador português muito estudado no Brasil, e ao lado de quem foi fundadora, nos anos 1990, do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), “ensinar jornalismo hoje envolve uma grande diversidade. Passa por disciplinas de sistematização sobre o que está estudado em história e teoria do jornalismo (continua a ser muito importante essa formação), por explorar linguagens e recursos digitais, e por ser olhado e trabalhado a partir das ciências sociais e das humanidades”.



Em entrevista concedida a partir de seu gabinete, na Nova, a pesquisadora falou de trabalhos atuais, avaliou a pesquisa no Brasil e em Portugal. Além disso, tratou de jornalismo, de infância e juventude e a relação com a tecnologia. Dentre outras questões, afirmou: “uma coisa que me parece importante na formação do jornalista é uma sólida base humanista, uma sólida base em ciências sociais e uma sólida capacidade de ter flexibilidade para saber adaptar-se às tendências tecnológicas”. Acompanhe, abaixo, os principais momentos dessa conversa.

Pauta Geral: A senhora tem um livro lançado no Brasil e chegou a participar de congressos como a SBPJor.



Qual a sua relação com a pesquisa brasileira em jornalismo?

trabalho da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), que, entretanto agora cobre outras temáticas (como qualidade de vida, meio ambiente), e tenho contato regular com acadêmicos da área do Jornalismo. Mas a minha relação com o Brasil neste momento passa mais pela questão da inclusão digital.

PG: A senhora estudou mídia e infância no doutorado, defendido em 2002. Atualmente, 15 anos mais tarde, segue pesquisando sobre o tema – inclusive leciona uma disciplina no mestrado, na Universidade NOVA de

Lisboa. Como avalia a evolução da temática, nessa década e meia, considerando que hoje a professora estuda a infância sob o aspecto da inclusão digital?

CP: Mudaram os contextos. Falando de Portugal e mesmo do Brasil, mudou o contexto tecnológico e midiático em que elas estão a viver a sua infância e a sua adolescência. Em nível tecnológico, o que tenho acompanhado mais nos dois países, há grandes diferenças. No final da década de 1990, a internet ainda era muito pouco usada pelos adolescentes em Portugal. No início dos anos 2000, quando apareceram as redes sociais, os adolescentes começavam a usar a internet, mas a grande expansão deu-se no fim dessa década. Por via de políticas que favoreceram a posse de computadores portáteis (notebooks) a partir dos primeiros anos de escolaridade, Portugal estava na linha da frente no acesso de crianças e adolescentes à internet pelo uso de portáteis, e a partir do estudo europeu de 2010, enquanto em países europeus com muito mais penetração da internet nos lares, o que era mais frequente era o PC colocado na sala da família. Houve uma democratização desse acesso, nessa altura, e o uso do computador ainda é bastante referido por adolescentes,

nestes tempos marcados pelo *smartphone*. No Brasil, onde as condições de acesso têm outros contextos, muitos adolescentes dispõem apenas de um celular com acesso ao digital. Contudo, as culturas digitais de entretenimento são muito idênticas. Em ambos os países, ver vídeos e estar nas redes sociais são as atividades mais referidas pelos pré-adolescentes. Os 11, 12 anos é o período em que eles querem estar nas redes sociais pela via da comunicação com os pares, para jogos etc. A necessidade de ligação ao outro, que faz parte do seu próprio desenvolvimento, está hoje muito marcada pelas potencialidades da tecnologia. Portanto, diria que o ambiente tecnológico constitui uma grande mudança.

Do ponto de vista midiático, das notícias, diria que as mudanças nas representações foram muito menores. Por exemplo, na pauta de notícias sobre crianças e tecnologia, que tenho seguido, fala-se muito mais de riscos do que de oportunidades e desafios trazidos pelos ambientes em que as crianças e adolescentes estão a crescer. Importaria também falar do direito de proteção da privacidade das crianças e dos adolescentes, o direito a não ser exposto na rede contra a sua vontade (muitas

vezes pelos próprios pais), nem a terem os seus dados pessoais acessíveis a outros. Também seria importante que na pauta midiática se falasse mais dos direitos de provisão – como o direito de as crianças terem acesso a informação, a conteúdos que são adequados ao seu desenvolvimento – e dos direitos de participação (o direito a poderem fazer uso dessas plataformas para comunicarem e para criarem conteúdos). Nas coberturas midiática sobre tecnologia (e outros temas que lhes dizem diretamente respeito), seria certamente importante para um melhor conhecimento do que são hoje estes contextos que crianças e adolescentes fossem mais ouvidos e que a diversidade das suas condições de acesso e de usos fosse considerada. Por exemplo, a experiência digital que elas têm nas famílias poderia ser uma matéria interessante para mostrar como os mais novos podem ‘ensinar’ os mais velhos, como podem aprender em conjunto a tirar partido das oportunidades dos meios digitais. Nessa linha de pesquisa, tenho vindo a dar atenção aos ambientes familiares envolvendo diferentes gerações.

PG: Poderia citar algum outro aspecto que mudou?

CP: Também se acentuou a quebra demográfica em Portugal, onde há menos crianças nas famílias do que há duas décadas. Como consequência, cada vez mais a criança tende a ser o centro da família. Essas mudanças demográficas e tecnológicas fazem sentir bastante num país como Portugal.

PG: Poderia falar sobre o projeto TIC Kids Online?

CP: O estudo TIC Kids Online, da responsabilidade do Cetic.br, é um grande estudo nacional sobre as questões dos acessos, dos usos, dos riscos, das oportunidades que as crianças e os jovens brasileiros entre os 9 e os 17 anos estão a experimentar na internet, e também sobre as mediações dos seus pais. O Cetic.br faz este estudo a par de outros estudos sobre a sociedade de informação no Brasil (como TIC Educação, TIC Saúde, TIC Domicílios e muitos outros) e devo dizer que esta é uma iniciativa de monitoramento que coloca o Brasil na linha da frente destes estudos a nível mundial. Jornalistas, pesquisadores, educadores e outros cidadãos interessados podem encontrar os resultados destes estudos disponíveis online, em séries históricas, pois são produzidos anualmente. Muito gostaria

que existisse algo de semelhante em Portugal.

Tenho atuado como consultora do Cetic para o estudo TIC Kids Online, que se faz desde 2013 e que cobre todo o país dando conta de vincadas diferenças regionais e de classe. Como o Cetic faz esse estudo todos os anos isso permite ver uma evolução das questões do acesso à internet – como, por exemplo, o acesso à internet tem aumentado com o uso do celular. Passou de 1/3 por parte dos internautas entre 10 e 17 anos em 2013 que acessavam por celular para 80% em 2015. A equipe do Cetic ligada ao estudo TIC Kids Online tem dado também atenção aos meninos e meninas que ainda continuam sem acesso, para identificar factores de exclusão. Outra questão que se coloca, como referia atrás, é a desigualdade desse acesso: há meninos de classes com menos recursos que só têm o celular para aceder e com pacotes de dados que são muito limitados. Estes estudos permitiram identificar o que está a mudar e o que parece continuar sem alteração, tanto nas respostas das crianças como dos seus pais ou responsáveis que também são ouvidos. Pelas respostas destes, o estudo permite identificar as considerações dos pais sobre as atividades online dos filhos, os riscos que

correm e junto de quem procuram informação, por exemplo. O último estudo TIC Kids Online, por exemplo, mostrou que a mídia e os próprios filhos são as principais fontes de informação dos pais sobre a internet, o que mostra como isto anda tudo ligado.

Neste último estudo TIC Kids Online, foi também introduzida no questionário uma pergunta sobre intolerância. Se as crianças e os jovens brasileiros já tinham encontrado na internet conteúdos negativos e mensagens de discriminação de pessoas por causa da sua raça, religião, aspecto físico, etc. Muitos disseram ter tido contato com esse tipo de mensagem, destacando-se a discriminação pela raça. Outra pergunta permitiu também ver como muitas meninas brasileiras procuram na internet informação sobre como podem ficar muito magras, um convite à anorexia, num país onde o culto do corpo e da beleza feminina é tão forte. Estudos com estas perguntas permitem ver como estas questões culturais estão presentes na internet.

Na América Latina, há muito o que mexer nesta área. O questionário que o Brasil usa foi usado pelo Chile, o que permite comparar resultados. A rede Global Kids Online, que, entretanto se criou com o impulso da Unicef, da London School of

Economics e da rede europeia EU Kids Online, produziu recursos para conduzir estudos nesta área na forma de *toolkit*, que estão disponíveis online. Esses recursos permitem obter resultados de estudos de diferentes países que sejam comparáveis e que permitam um melhor conhecimento. Este ponto é fundamental na pesquisa internacional, seja qual for o tema.

O estudo da rede europeia EU Kids Online, em 2010, que reuniu 25 países, gerou muita informação para orientação de políticas públicas e foram produzidos muitos relatórios de pequena dimensão, destinados a diferentes audiências interessadas. Com esse estudo do EU Kids Online nós pretendemos não só conhecer os contextos e situações em que vivem as crianças desses 25 países, mas também chegar a conclusões e a recomendações para quem tem responsabilidades, desde governantes, indústrias, educadores, organizações não governamentais até as próprias famílias. Nós procuramos não só apresentar recomendações com base em evidências, mas também influenciar o discurso público, nomeadamente o das notícias. Uma das linhas que nós usamos é distinguir o conceito de risco do conceito de dano. O risco na internet existe e deve ser tido em conta; saber

lidar com o risco envolve gerar resiliência, capacidade de superar a dificuldade, existir um ambiente seguro, e o risco anda a par de oportunidades. O risco não é necessariamente um dano, mas muitas vezes, no discurso das notícias, se fala do risco quando já é o dano.

PG: Quais temas estudantes brasileiros que buscam sua orientação na Universidade Nova de Lisboa?

CP: Eu diria que é mais pelo lado das questões relacionadas com os direitos das crianças, embora tenha orientado outros temas. Por exemplo, a pesquisa de mestrado e de doutoramento da Lídia Maropo deu continuidade à minha pesquisa de doutorado sobre notícias relativas a crianças, com um foco nas suas condições de produção, as relações entre jornalistas e fontes de informação, primeiro centrada na imprensa brasileira e depois numa comparação na mídia dos dois países. Outras teses de doutoramento envolveram contextos dos dois países. Destaco a tese sobre a fotografia participativa como ferramenta de construção identitária de jovens de periferia, do Daniel Meirinho, a pesquisa sobre a relação entre Educação e Cinema na formação de jovens, da

Raquel Pacheco, a pesquisa sobre a relação das crianças com as notícias, na tese de doutoramento de Juliana Doretto, ligada aos ambientes digitais de adolescentes, e o pós-doutoramento da Inês Delorme, focado em crianças mais novas. Outros estudantes vieram fazer doutorados sanduíche, como a Vanina Dias, que pesquisou a construção de identidades de adolescentes nas redes sociais. Mas destaco também a pesquisa de doutoramento da Celiana Azevedo, sobre o uso de tecnologias digitais por parte das pessoas mais velhas, novamente reunindo dados do Brasil e de Portugal. Interessa-me também a dimensão das gerações na sua relação com os media.

Estes temas relacionados com crianças podem ter a ver com a minha própria trajetória pessoal. Tenho formação em educação e em comunicação, fui professora do primário, participei em projetos relacionados com a introdução do computador na escola e na *Rua Sésamo* [no Brasil, *Vila Sésamo*], e só depois disso tudo é que eu entrei na academia, como professora assistente na área da comunicação, no início dos anos 1990. A minha pesquisa de mestrado foi sobre a história da televisão para crianças em Portugal até ao aparecimento dos canais privados. No

doutorado pensei em olhar para as notícias sobre crianças ao longo de três décadas que tinham sido de grande mudança na sociedade portuguesa (1970-2000). Esta parecia ser uma matéria pouco valorizada nos estudos do jornalismo, pois praticamente não encontrei referências sobre o tema. Ao fazer esse estudo, percebi que eu tinha de ter ferramentas de análise do jornalismo que me permitissem dar um sentido àquelas notícias que eram na maior parte notícias breves, de tom factual ou fatalista, ou sobre casos insólitos, os chamados *fait divers*. E foi aí que eu organizei a pesquisa a pensar na relação do jornalismo com várias correntes da literatura, como o melodrama e o realismo, e também na própria teoria do jornalismo como ferramenta para entender aquelas notícias. Eu penso que a análise do jornalismo no livro que é resultado dessa tese é válida tanto para as notícias sobre crianças como para outras notícias.

PG: Já no primeiro parágrafo da introdução do livro Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico, a senhora diz que recorre a contributos da linguística, dos estudos literários, da retórica, da antropologia, da psicologia cognitiva, da história e da sociologia para

estudar o jornalismo (a notícia, no seu sentido amplo). Qual análise faz dos estudos tradicionais, como o Newsmaking, que recorrem basicamente ao trabalho dos jornalistas nas redações?



CP: Essa literatura é necessária. Mas como todos os estudos, diriam que tem de ser questionada e precisa ser atualizada. Os estudos de referência do *Newsmaking* foram feitos em grandes redações de jornais norte-americanos nos anos 1970. O estudo da [Gaye] Tuchman, do [Herbert] Gans, do próprio Michael Schudson foram muito importantes para uma compreensão dos processos de decisão sobre o que é e o que não é notícia, como é que a notícia é enquadrada, mas as condições de produção da notícia nos anos 1970 não

são as condições atuais. Hoje, vive-se uma maior pressão do tempo, da convergência de meios, do contexto digital e de tantas outras dimensões. As redações hoje são muito menores, os jornalistas com mais experiência já não estão mais ativos. Há uma pressão enorme para seguir o que os outros estão a fazer, para ver qual é o impacto que uma determinada matéria está a ter no público do ponto de vista das suas reações e comentários. A audiência hoje entra no próprio processo de produção noticiosa. Os processos de *Newsmaking* têm que ser pesquisados olhando para os desafios do contexto de hoje. E isso é um enorme desafio para a pesquisa em jornalismo que se faz: encontrar que instrumentos podemos usar. Podemos criar esses instrumentos de uma forma integrada com outros países, como está a ser feito em alguns estudos europeus, para perceber tendências que estão a acontecer e que têm efeitos na relação dos jornalistas com a sociedade. A situação que se vive nas organizações jornalísticas clássicas é dramática tanto pelos estrangimentos financeiros quanto pelos curtos-circuitos à mediação jornalística que as redes sociais geram. Se há muita procura de informação nem toda essa informação foi construída

como resultado de um trabalho jornalístico.

PG: Há quem acredite que o modelo de negócio do jornalismo está inviabilizado e, por isso, passamos por uma revolução comparável à era de Gutenberg. Diante desse contexto de crise, quais possíveis caminhos a senhora apontaria para a profissão?

CP: Na relação estreita entre media e sociedade, há autores que fazem notar como os meios, a mídia, se vai reconfigurando nos processos de midiatização. O livro e a imprensa escrita surgiram com a mecanização, a eletrificação tornou possível o cinema, o rádio, a televisão, mas a imprensa escrita não desapareceu. Com a internet e a digitalização, temos a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema a viverem num contexto digital, que exige novas configurações. Eu não sei se e como o jornalismo (como o pensávamos antes do digital, em torno dos grandes jornais informativos) vai sobreviver nas novas condições deste mercado econômico e de audiências ávidas em participar, mas espero que sim, porque um jornalismo de qualidade tem importância para a saúde das democracias. Mas esse jornalismo também tem de ultrapassar a distância, tem de contar mais com os leitores e de

criar mais laços. Aliás, estão a surgir projetos jornalísticos que trazem um outro olhar, uma maior proximidade e ligação às pessoas.

PG: Mas como a academia tem pensado essas questões?

CP: Na universidade tem-se vindo a sentir a importância de promover uma literacia para a informação, que deveria cobrir todas as idades. Na escola, deveria estar presente nos currículos, de maneira a que crianças e adolescentes entendam que a informação que circula na internet tem que ser questionada. No inquérito EU Kids Online que estamos a preparar, incluímos um módulo sobre cidadania digital que cobre estas questões da fiabilidade e confiança na informação. Essa literacia informacional passa pelo envolvimento na produção e criação de conteúdos de cariz jornalístico pelos mais novos, que poderiam ser disponibilizados online (novamente uma forma de promover o seu olhar e a sua participação). Em Portugal tem havido regularmente um espaço de apresentação de projetos educativos neste sentido, os Congressos Media, Literacia e Cidadania, onde a Universidade do Minho tem tido um papel de liderança.

Gostava também de chamar a atenção para o que estamos a fazer aqui no departamento de ciências da comunicação na formação de jornalistas. Estamos a montar um projeto algo híbrido, que divulga de uma forma aberta numa plataforma digital, a investigação que fazemos sobre Lisboa a partir das ciências sociais e humanas que existem nesta faculdade, trabalhos produzidos no âmbito da história, história da arte, sociologia, antropologia, ciência política, estudos musicais, estudos portugueses...). Com base nessa investigação académica, que tem uma escrita fechada, fazemos um trabalho jornalístico, de tradução na forma de curtas narrativas que dão a conhecer temas sobre a cidade e a importância deste conhecimento. Os resultados deste trabalho que envolve estudantes e docentes de jornalismo (e também de Marketing e Relações Públicas, com objetivos ligados à divulgação) podem ser vistos na plataforma Mais Lisboa.

PG: Como chegar à especificidade do jornalismo a partir da “perspectiva alargada” (como a senhora expressa no livro) na qual se atravessam e se combinam contributos de diversas áreas do saber (linguística, filosofia, estudos literários, retórica,

antropologia, psicologia social e cognitiva, história e sociologia)?

CP: Encontrei essa perspectiva no livro da [pesquisadora estadunidense] Barbie Zelizer, *Taking Journalism Seriously*, publicado em 2004 e que respondeu à questão que eu usei na minha pesquisa de doutorado: com que ferramentas olhar para o jornalismo? A autora mostra a importância das várias lentes, entre elas a da cultura, da ligação do jornalismo a outras formas de criação cultural.

Uma lente que a Barbie Zelizer não apresenta nesse livro para o estudo do jornalismo, mas que me parece importante, é a da economia da informação. Do ponto de vista da formação de jornalistas, destaco conhecimentos provenientes de áreas como a história, a ciência política, a sociologia, para além de um bom domínio das linguagens e da comunicação. Penso que um curso que seja basicamente profissionalizante será insuficiente para essa preparação. Parece-me relevante uma sólida base humanista, em ciências sociais e flexibilidade para saber adaptar-se às novas tendências, como as tecnológicas.

PG: Ainda sobre o livro, a senhora também aborda estudos tradicionais das teorias da comunicação: mass

communication research e teoria crítica. Como vê essas teorias para estudar o jornalismo?

CP: Esse binômio marcou os estudos do jornalismo, mas hoje estamos em tempos diferentes. A partir dos anos 1970, o modelo da *mass communication research* marcado por um olhar positivista, entrou em crise na academia, e a teoria crítica, marcada por uma visão estruturalista e marxista, também foi questionada por não ser sensível a questões de construções de significado e ao papel ativo das audiências. A viragem linguística e viragem cultural deram origem a uma série de linhas de pesquisa sobre notícias, onde aos estudos sobre ambientes produtivos, que marcaram aquelas duas tendências se vieram juntar outros sobre mensagens e contextos de recepção onde os indivíduos fazem a sua apropriação ou

resistência. Penso que a pesquisa sobre mediações, inspiradas na América Latina na figura de Martín-Barbero, pode ser combinada com os estudos sobre domesticação dos media, impulsionados por Roger Silverstone, David Morley e Leslie Haddon, entre outros, também na análise de como opera o circuito da notícia, numa linha ligada aos estudos culturais.

Penso que no estudo do jornalismo como de outras áreas dos media, nós, investigadores europeus, temos muito a aprender com os investigadores da América Latina e que também os investigadores da América Latina podem se beneficiar daquilo que é feito aqui [na Europa]. Acredito nas vantagens de uma maior comunicação entre culturas acadêmicas distintas, que precisam de se encontrar mais naquilo que as une.

Recebido em: 10/10/2017.

Publicado em: 01/12/2017.